

Sumário

Agradecimentos	VII
Prefácio , por Renato José de Moraes.....	XV
Apresentação , por Marcus Paulo Rycembel Boeira	XXI
Introdução	1
1. O declínio da virtude no pensamento jurídico moderno	9
1.1 Tendências filosóficas da modernidade jurídica europeia	12
1.1.1 O triunfo do método científico sobre o aristotelismo escolástico	14
1.1.1.1 A crítica empirista à tradição (pseudo)científica medieval....	15
1.1.1.2 O racionalismo de René Descartes e a nova moral.....	21
1.1.1.3 Consequências da revolução científica para as ciências humanas.....	25
1.1.2 O voluntarismo de Thomas Hobbes e a desconstrução da ética clássica.....	28
1.1.2.1 Pressupostos (meta)éticos de uma nova ciência da política.....	29
1.1.2.2 O estado de natureza e a lei positiva.....	36
1.1.2.3 A interpretação judicial pela razão instrumental.....	41
1.2 Jusracionalismo europeu: a autonomia do direito no império da vontade	47
1.2.1 Três fases do modernismo jurídico: Grotius, Pufendorf e Thomasius	48

1.2.2	Diferenças entre o novo sistema jurídico e o casuísmo medieval-indiano.....	58
1.3	Iluminismo legal e codificação: um novo paradigma do direito ...	70
1.3.1	A Escola da Exegese francesa.....	72
1.3.2	A Escola Histórica e a Pandectista alemã.....	81
1.4	A Teoria Pura do Direito como projeto de “ciência jurídica”	85
1.4.1	Contexto histórico-cultural da segunda onda do juspositivismo.....	86
1.4.2	Balço crítico do normativismo kelseniano.....	91
1.5	Conclusões iniciais: o esquecimento da virtude moral na tradição ocidental	96
2.	Três versões do pós-positivismo: um novo paradigma?.....	101
2.1	Para além da interpretação jurídica	103
2.1.1	Chaïm Perelman, Theodor Viehweg e Stephen Toulmin: a herança aristotélica.....	104
2.1.2	Neil MacCormick, Robert Alexy e Aulis Aarnio: a tradição analítica.....	107
2.1.3	Balço crítico das teorias da argumentação jurídica	112
2.2	A “terceira via” de Ronald Dworkin: uma tentativa de conciliação	119
2.2.1	O direito como integridade e o romance em cadeia.....	120
2.2.2	A questão moral, os princípios jurídicos e a discricionariedade judicial	123
2.2.3	Crítica à proposta intermediária de uma “hermenêutica analítica”	127

2.3 Reviravolta linguística e teorias hermenêuticas do direito.....	130
2.3.1 A hermenêutica filosófica e o método do direito	131
2.3.2 Por uma crítica hermenêutica do direito?.....	138
2.3.3 Balanço crítico da hermenêutica jurídico-filosófica.....	146
2.4 Um giro “aretaico” na teoria da decisão judicial: a sabedoria na insegurança.....	149
2.5 Conclusões intermediárias: depois do (pós-)positivismo?.....	160
3. A formação moral e profissional do bom juiz	165
3.1 Breve introdução à teoria clássica das virtudes	166
3.2 Virtudes fundamentais do juiz perfeito (<i>iudex perfectus</i>)	175
3.2.1 A prudência jurídica (<i>dikastiké phrónesis</i> ou <i>prudentia iuris</i>)	178
3.2.1.1 As partes integrantes da sabedoria judicial	180
3.2.1.2 O elemento central da decisão judicial.....	190
3.2.2 A justiça legal (<i>díkaiosýné</i> ou <i>iustitia</i>)	195
3.2.2.1 Confusões terminológicas em torno do conceito de justiça	196
3.2.2.2 Usos e abusos da equidade (<i>epieikeia</i> ou <i>aequitas</i>)	204
3.3 Conexão ou interdependência das virtudes (<i>connexio virtutum</i>).....	211
3.1.1 A primazia da prudência na teoria dos atos humanos	212
3.3.2 As virtudes judiciais: por que uma jurisprudência da virtude hoje?.....	220
3.4 Uma releitura do Código de Ética da Magistratura Nacional (Res. 60/2008-CNJ).....	231
3.5 Síntese conclusiva: entre razão e emoção na formação e decisão judicial	245

Considerações finais.....	251
Referências.....	259
Apêndice – O probabilismo jurídico no mundo ibérico: uma exceção “rústica”	283
Coleção Teoria da Lei Natural	293